

# GRÉCIA

## REPÚBLICA HELÉNICA

Chefe de Estado:	<b>Karolos Papoulias</b>
Chefe de Governo:	<b>Loukas Papademos</b> (substituiu George Papandreou em novembro)
Pena de morte:	<b>abolicionista para todos os crimes</b>
População:	<b>11,4 milhões</b>
Esperança média de vida:	<b>79,9 anos</b>
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	<b>3,4 por 1000</b>
Taxa de literacia nos adultos:	<b>97,2 por cento</b>

**Continuaram as denúncias de maus-tratos e uso excessivo da força por parte de agentes de forças de segurança. Pessoas detidas ao abrigo das leis de imigração foram mantidas em condições desumanas e degradantes. Tribunais europeus consideraram que a Grécia não tinha um sistema de asilo adequado. Registou-se uma escalada dos ataques com motivação racial.**

### Antecedentes

A crise financeira continuou e o país mergulhou numa recessão ainda mais profunda. Realizaram-se várias manifestações em junho e outubro no período que antecedeu a votação pelo Parlamento de uma série de medidas de austeridade. Adicionalmente, de maio a agosto o movimento grego dos "indignados" levou a cabo vários protestos pacíficos contra as medidas de austeridade nas principais praças de Atenas e Tessalónica.

A 26 de outubro, os líderes da zona euro e do Fundo Monetário Internacional chegaram a acordo com os bancos e outros credores para que estes aceitassem um corte de 50 por cento da dívida grega. Na sequência da demissão do primeiro-ministro e de intensas negociações entre os principais partidos gregos, foi formado em novembro um governo interino de coligação.

### Tortura e outras formas de maus-tratos

Continuaram as alegações de tortura e outras formas de maus-tratos nos centros de detenção de imigrantes e esquadras de polícia, e durante a detenção.

Em janeiro foi aprovada uma lei que abriu caminho à criação de um mecanismo de queixas da polícia. Mantiveram-se, no entanto, as preocupações quanto à independência e eficácia do mandato daquele organismo.

■ Em dezembro, o Tribunal de Júri Misto de Atenas considerou um antigo agente da polícia culpado de torturar dois jovens com um dispositivo de choques elétricos em incidentes separados em agosto de 2002 na esquadra de Aspropyrgos. O Tribunal condenou-o a uma pena de seis anos de prisão, suspensa pela introdução de um recurso.

■ Em dezembro, dois agentes da polícia foram considerados culpados por causarem lesões graves, ao abrigo da lei contra a tortura do Código Penal, a dois refugiados em

Aghios Panteleimon, Atenas, em dezembro de 2004. Os agentes da polícia foram ainda considerados culpados por causarem lesões graves e não provocadas a cinco afegãos. Um dos agentes foi condenado a cinco anos e cinco meses de cadeia, e o outro a cinco anos. Ambas as sentenças estavam suspensas pela introdução de um recurso. Várias ONG manifestaram preocupação pelo facto de o tribunal ter convertido a queixa original de tortura, relativamente ao tratamento dos dois refugiados, num crime menor de violações contra a dignidade humana, ao abrigo da lei contra a tortura.

Registaram-se muitas alegações de maus-tratos pela polícia durante manifestações. Em abril, a polícia retirou da localidade de Keratea, onde confrontos entre polícias e residentes que protestavam contra a criação de um aterro se prolongavam desde dezembro de 2010. Houve relatos de uso excessivo de gás lacrimogéneo e outros químicos pela polícia, e alegações de maus-tratos contra residentes. As autoridades deram ainda conta de um grande número de agentes da polícia feridos.

Registaram-se muitas alegações de uso excessivo da força, incluindo o uso de produtos químicos, pela polícia durante as manifestações contra a austeridade que ocorreram ao longo do ano. Em várias ocasiões, manifestações que estavam a decorrer de forma pacífica tornaram-se violentas depois de um pequeno número de desordeiros se envolverem em confrontos com a polícia. Gravações vídeo, fotografias, notícias de imprensa e testemunhos oculares provam o repetido uso excessivo da força pela polícia nas manifestações que decorreram em Atenas a 15, 28 e 29 de junho, incluindo o uso alargado de produtos químicos contra manifestantes maioritariamente pacíficos. O gabinete do Procurador Público de Atenas ordenou a abertura de uma investigação criminal às alegações.

■ A 11 de maio, a polícia antimotim usou alegadamente força excessiva e produtos químicos contra um grande número de manifestantes pacíficos na rua Panepistimiou, em Atenas. Mais de 30 manifestantes tiveram de receber tratamento hospitalar, principalmente por lesões na cabeça, incluindo dois que sofreram ferimentos graves e necessitaram de internamento. Foi aberta uma investigação criminal ao caso de Yiannis Kafkas, um dos manifestantes gravemente feridos.

■ O jornalista Manolis Kypraios sofreu perda total de audição depois de um agente da polícia antimotim ter atirado para a sua frente uma granada de atordoamento quando cobria a manifestação de 15 de junho em Atenas. Foi aberta uma investigação criminal e disciplinar relacionada com este caso. No final do ano, o gabinete do Procurador Público de Atenas acusou agentes da polícia ainda não identificados por causarem intencionalmente lesões graves ao jornalista.

### **Refugiados, requerentes de asilo e migrantes**

Mantiveram-se as condições desumanas e degradantes nos centros de detenção de imigrantes, principalmente na região de Evros. Requerentes de asilo e migrantes ilegais, incluindo menores desacompanhados, continuaram a ser detidos por períodos prolongados.

Em março, o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, num gesto excepcional, condenou a recusa da Grécia ao longo dos anos em tomar medidas para melhorar as deploráveis condições de detenção.

■ Em janeiro, numa decisão que constituiu um marco, a Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou, no âmbito do caso *M.S.S. v. Bélgica e Grécia* (ver entrada da Bélgica), que M.S.S., um requerente de asilo afegão que tinha sido deportado para a Grécia pelas autoridades belgas ao abrigo do Regulamento Dublin II, não tinha tido direito a uma análise efetiva do seu pedido de asilo devido a graves deficiências estruturais nos procedimentos de asilo da Grécia, e concluiu que a Grécia não tinha um sistema de asilo adequado. O Tribunal considerou que a Grécia tinha violado o direito do queixoso a uma compensação efetiva, e que as condições em que esteve detido e a miséria em que foi deixado após a sua libertação constituíam, respetivamente, tratamento degradante e desumano, ou tratamento degradante. Em dezembro, em dois casos relacionados decorrentes da crise que afetou o sistema de asilo da Grécia, o Tribunal de Justiça da UE reiterou que os requerentes de asilo transferidos para a Grécia ao abrigo do Regulamento Dublin II corriam risco de graves violações dos direitos humanos.

Nova legislação aprovada em janeiro previa a criação de uma nova autoridade de determinação de asilo sem envolvimento policial, que devia iniciar funções em 2012. Até lá, porém, a continuação do papel da polícia como única autoridade responsável pela primeira fase de avaliação dos pedidos de proteção internacional causou preocupação.

A nova legislação previa ainda a criação de "centros primários de receção" onde os cidadãos estrangeiros detidos por "entrada irregular" na Grécia pudessem ser detidos por um período até 25 dias. Contudo, entre outras coisas, a legislação não previa mecanismos para que os detidos nestes centros pudessem contestar a legalidade da sua detenção em tribunal.

A construção de uma vedação de 10 km na fronteira da Grécia com a Turquia na região de Evros, anunciada em janeiro, causou grave preocupação por constituir uma barreira física que evitaria que pessoas que procurassem proteção internacional alcançassem a segurança.

Em setembro e outubro, sete requerentes de asilo que tinham manifestado o desejo de pedir asilo foram deportados à força para a Turquia ao abrigo do Acordo de Readmissão entre a Grécia e a Turquia, em violação do princípio de *non-refoulement*. Mantiveram-se as preocupações relacionadas com os longos atrasos que os requerentes de asilo tinham de enfrentar para poderem apresentar o seu pedido de asilo em Atenas e Tessalónica.

Em fevereiro, 300 migrantes em Atenas e Tessalónica iniciaram uma greve de fome para protestar contra o seu estatuto irregular e exigir a sua regularização, entre outras coisas. A greve prolongou-se por 43 dias e muitos migrantes tiveram de ser hospitalizados. A greve terminou quando as autoridades e os grevistas chegaram a acordo para a concessão de autorizações de residência temporárias de seis meses, entre outros pontos.

### **Condições nas prisões**

Deficientes condições de detenção e grave sobrelotação continuaram a ser denunciadas em muitas prisões, incluindo Chania, Korydallos e na Prisão Feminina de Thiva.

Em outubro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou a Grécia culpada no âmbito de uma queixa apresentada em 2009 por 47 reclusos da prisão de Ioannina (*Taggaidis e outros v. Grécia*), sublinhando que as condições naquela prisão constituíam tratamento desumano ou degradante.

### **Racismo**

Segundo as informações, agentes da polícia não protegeram cidadãos estrangeiros de ataques racistas.

Em junho, o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, denunciou uma “escalada perigosa no fenómeno da violência racista indiscriminada contra estrangeiros, apenas devido à sua cor de pele ou país de origem”. Sobretudo em maio e junho, depois de dois migrantes serem suspeitos de estarem ligados ao homicídio de um homem que se preparava para levar a mulher à maternidade, segundo as informações, migrantes, refugiados e requerentes de asilo foram atacados quase todos os dias por grupos de extrema-direita, em determinadas áreas de Atenas.

■ A 16 de setembro, três requerentes de asilo afegãos foram alvo de um ataque racista no exterior da sua casa no bairro de Aghios Panteleimon, em Atenas. Um deles foi hospitalizado após ter sido esfaqueado no peito. Três indivíduos foram detidos pelo ataque e presentes a julgamento.

### **Discriminação – Ciganos**

As condições de vida em muitos acampamentos ciganos da Grécia continuaram a causar preocupação. Uma comunidade de cerca de 800 ciganos da aldeia de Examilia (Korinthia) não tinha acesso a água potável, esgotos ou eletricidade, e vivia em chocantes condições sanitárias.

A ONG Monitor Grego de Helsínquia denunciou que crianças ciganas continuavam a ser segregadas ou excluídas da educação em várias partes da Grécia. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem informou as autoridades sobre duas petições relacionadas com a contínua segregação educativa de crianças ciganas nas escolas de Aspropyrgos e Sofades, respetivamente, em março e outubro. Em 2008, o Tribunal já tinha considerado que a Grécia tinha excluído e posteriormente segregado crianças ciganas na escola de Aspropyrgos. Em setembro, o Comité Ministerial do Conselho da Europa decidiu encerrar a sua avaliação à execução do caso.

### **Objetores de consciência**

Os objetores de consciência continuaram repetidamente a ser julgados.

Em fevereiro, uma decisão ministerial estabeleceu a duração do serviço cívico em 15 meses. Contudo, a duração continuava a ser punitiva para a grande maioria dos recrutas.

■ Em março, o Tribunal Militar de Recurso de Atenas rejeitou o recurso do objetor de consciência por motivos religiosos Nikolaos Xiarhos contra a decisão do Conselho Judicial do Tribunal Naval do Pireu, que o levou a julgamento por uma segunda acusação de deserção. Nikolaos Xiarhos era um soldado profissional que se tornou objetor de consciência após ter sido batizado como Testemunha de Jeová.

### **Defensores dos direitos humanos**

Causou preocupação o julgamento em janeiro de defensores dos direitos humanos sob a acusação de falsas declarações e difamação agravada contra Kostantinos Plevris, autor do livro *Judeus – Toda a Verdade*. O julgamento foi adiado para 2012.

### **Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional**

✉ Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Grécia em maio

📄 The European Court of Human Rights vindicates the rights of asylumseekers in the EU (EUR 03/001/2011)

📄 Greece: Briefing on the draft law on asylum, migration-related detention and returns of third country nationals (EUR 25/002/2011)

📄 Greece must urgently remedy deplorable detention conditions (EUR 25/006/2011)

📄 Greece: Alleged abuses in the policing of the demonstration of 11 May 2011 (EUR 25/008/2011)

📄 Greece: Briefing to the UN Committee against Torture (EUR 25/011/2011)